

# Aniversário JN Depoimentos

1  
2  
7  
ANOS



## **Boaventura de Sousa Santos**

Sociólogo, professor catedrático jubilado da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

A sociedade portuguesa está no fim de um ciclo social e político que começou com a Revolução do 25 de Abril e estão ainda por definir as coordenadas por que se pautará o novo ciclo. Essas coordenadas dependem em parte do que vai passar-se nível europeu e a este nível todas as incertezas são possíveis. A Europa dos povos está a mudar, como provam as recentes eleições na Grécia e em Espanha, mas a Europa das instituições continua surda e cega perante o que se está a passar. Se este desfasamento aumentar no curto prazo, como é provável, a União Europeia e o próprio euro poderão ser daqui a cinco anos realidades muito distintas das que conhecemos hoje e os países europeus poderão estar mais concentrados em políticas e destinos próprios do que em políticas e destinos comuns, europeus. Neste caso, as dinâmicas políticas nacionais assumirão uma nova importância. Tendo estes dois factos em mente, é possível imaginar um novo ciclo social e político muito turbulento no plano político e com um nível de bem-estar dos portugueses muito inferior ao ciclo que agora termina. Por duas razões principais. Ao contrário do que proclamam os analistas do regime, Portugal não é um país desenvolvido, é um país de desenvolvimento intermédio, ou semi-periférico como prefiro designá-lo, intensamente integrado num bloco político e económico dominado por países desenvolvidos (a Europa do Norte). Nos últimos trinta anos, a integração na EU criou a ilusão de que Portugal (e a Espanha e a Grécia) podia ultrapassar essa condição semiperiférica. O modo como a atual crise financeira e económica foi fabricada e está a ser “resolvida” mostra que a ilusão se desfez. Portugal está ser tratado como um país que se deve resignar à sua condição subalterna. Os portugueses devem contribuir para o bem-estar dos turistas do Norte mas devem contentar-se com o mal-estar do trabalho sem direitos, da crescente desigualdade social, das pensões públicas desvalorizadas e sujeitas a constante incerteza, e da educação e saúde públicas reduzidas à condição de programas pobres para pobres. A segunda razão tem a ver com a capacidade que os cidadãos e cidadãs vão ser capazes de demonstrar para reagir contra este cenário e impor termos mais justos de redistribuição da riqueza num país em que a crise fez aumentar o número de bilionários. Também aqui são muitas as incógnitas sobretudo tendo em mente o passivismo e a aparente resignação com que os portugueses, ao contrário dos espanhóis, estão a enfrentar a injusta degradação do seu bem-estar e da sua qualidade de vida.